

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00610709.000021/2026-26

### 1. DO OBJETO:

1.1. O presente processo tem como objeto a aquisição de copos descartáveis para água e papel higiênico, através da modalidade Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, II, da Lei 14.133/2021, para o atendimento de demanda do Hospital Giselda Trigueiro - item 1 por 05 (cinco) meses e do item 2 por 3 (três) meses, com reserva emergencial, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

### 1.2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO.

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Catmat
1	Copo descartável, de poliestireno não tóxico, não reciclado, com capacidade para 180 ml, na cor branco, embalagem pacotes com 100 unidades cada, original do fabricante, com informações do fabricante e composição estampados na embalagem. Certificado do INMETRO ou Registro de Aprovação pela ABNT.	Pact. com 100 unidades	7.500	326145
2	Papel higiênico rolo, folha dupla, medindo no mínimo 300m x 100 mm, fabricado com papel 100% fibras naturais virgens (não transgênicas e não reciclados) acondicionado em embalagem resistente, contendo pacotes com 8 rolos de 300 m cada. Apresentar LAUDO DE AÇÃO MICROBIOLÓGICA, emitido por laboratório credenciado pela ANVISA. O produto deverá apresentar laudo técnico emitido nos últimos 12 (doze) meses pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), atestando conformidade com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência garantindo as especificações técnicas do produto exigidas acima E LAUDO DE IRRITABILIDADE DÉRMICA comprovando que o produto, em sua embalagem original, é dermatologicamente seguro, não agride a pele e está isento de substâncias irritantes ou sensibilizantes conforme legislação vigente. O produto deverá estar em conformidade com as normas da ABNT aplicáveis ao papel higiênico institucional, quando houver	Pact. com 08 rolos	120	297836

1.3. Os bens objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

### 2. DEFINIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (ARTIGO 18, § 1º, INCISO I, DA LEI 14.133)

A presente justificativa tem por objetivo a aquisição de copos descartáveis para água e papel higiênico, destinados à manutenção das atividades assistenciais desta Unidade de Saúde.

O copo descartável constitui material de consumo indispensável para o fornecimento de água a pacientes, acompanhantes, visitantes, contribuindo para a adequada prestação dos serviços de saúde, bem como para a manutenção das condições de higiene e segurança no ambiente hospitalar. Sua utilização é necessária em diversos setores da unidade, incluindo enfermarias, UTIs, ambulatórios e demais dependências que demandam oferta contínua de água potável.

Da mesma forma, o papel higiênico é insumo essencial para a manutenção das condições sanitárias e de higiene da população hospitalar. Seu uso é indispensável nos banheiros destinados a pacientes, acompanhantes, visitantes e servidores, garantindo condições adequadas de conforto, dignidade e saúde.

Atualmente, o estoque de papel higiênico encontra-se em nível crítico, sendo necessária a utilização constante de auxílios do Almoxarifado Central da SESAP. Contudo, referido setor também enfrenta dificuldades na recomposição de seus estoques, não sendo possível atender integralmente às demandas desta Unidade. Essa situação vem ocasionando dificuldades na execução das atividades de higienização dos usuários após a utilização dos sanitários, comprometendo os procedimentos sanitários hospitalares e gerando transtornos aos usuários dos serviços de saúde.

Ressalta-se, ainda, que os estoques dos materiais objeto desta aquisição encontram-se em nível crítico, com risco iminente de desabastecimento. A ausência desses insumos poderá comprometer o atendimento das necessidades básicas dos usuários e o funcionamento

regular dos serviços, ocasionando prejuízos à continuidade e à qualidade da assistência prestada.

Registra-se que foi realizada aquisição de copos descartáveis por meio da Ata de Registro de Preços nº 065/2025-SEAD, tendo como empresa vencedora a EFICIENTE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, conforme Empenho nº 077/2025, emitido em 29/04/2026. Entretanto, até a presente data, a empresa não efetuou a entrega da mercadoria nem respondeu às solicitações encaminhadas por e-mail acerca da previsão de fornecimento, estando a mesma sendo notificada por descumprir o prazo de entrega do produto.

No que se refere ao papel higiênico, o desabastecimento decorre das dificuldades relacionadas ao Pregão Eletrônico nº 00610709.000012/2025-54, uma vez que a empresa vencedora encontra-se em processo de notificação administrativa por não ter fornecido produto adequado ao uso em unidade hospitalar, impossibilitando a continuidade do abastecimento regular.

Com o objetivo de suprir a necessidade urgente desta Unidade, foi instaurado o Processo de Dispensa de Licitação nº 00610709.000004/2026-99. Todavia, o certame restou fracassado, em razão da apresentação de propostas com especificações divergentes das exigidas no Termo de Referência.

Diante da necessidade contínua dos materiais e da impossibilidade de interrupção do seu fornecimento, faz-se necessária a realização de nova aquisição por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando evitar prejuízos ao funcionamento desta Unidade de Saúde e assegurar a continuidade dos serviços prestados à população.

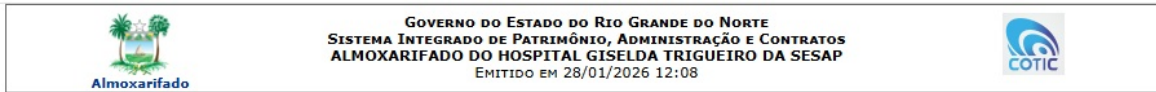
Dessa forma, a aquisição dos itens mencionados mostra-se necessária e imprescindível para garantir a continuidade dos serviços assistenciais, assegurando condições adequadas de atendimento, higiene, conforto e bem-estar aos pacientes, acompanhantes, visitantes e profissionais que utilizam esta Unidade de Saúde.

### 3. DA ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO (ARTIGO 18, § 1º, INCISO IV, DA LEI 14.133).

3.1. As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base no dimensionamento quantitativo realizado pela Divisão de Materiais/Almoxarifado do HGT, com base na análise e levantamento da necessidade dos setores desta unidade hospitalar e nos registros do Sistema de Gestão Hospitalar, conforme imagens abaixo, ressaltando que em muitos períodos o consumo apresenta-se diminuído ou zerado devido à falta dos produtos, sendo a quantidade requerida nesse certame projetada para o atendimento de demanda do item 1 por 05 (cinco) meses e do item 2 por 3 (três) meses, com reserva emergencial.

3.2. É necessário pontuar que o item objeto desse certame já se encontra esgotado no estoque do almoxarifado há vários meses, sendo de grande importância a sua aquisição para a realização adequada de diversos procedimentos dentro do âmbito hospitalar, sendo requisitados pela área de higienização, para aplicabilidade da assistência direta as unidades de trabalho integrantes da Estrutura Organizacional do Hospital Giselda Trigueiro como um todo.

3.3. A seguir serão apresentados quadros oriundos dos registros de média de consumo mensais destes itens, conseguidos através do módulo de almoxarifado do sistema SIPAC, utilizado nesta Unidade de Saúde, utilizando o critério dos dados de consumo em três meses.



#### RELATÓRIO DE CONSUMO - ALMOXARIFADO/SESAP HOSP GISELDA TRIGUEIRO/NATAL

Período: 12/01/2024 até 12/04/2024  
 Todas as Unidades (Global)  
 Código do Material: 3022007000010

Código	Denominação	Total	Unidade de Medida	Consumo Diário	Consumo Mensal	Consumo Semestral	Estoque Mínimo
<b>3022 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZACAO</b>							
3022007000010	PAPEL HIGIÊNICO, LISO, FOLHA SIMPLES, BRANCA, EMB 8 ROLOS 500M X 10CM	107	FARDO	1,16	34,89	185,00	0
<b>Período</b>							
Seis meses ou mais.	Total: Deve ser obtido considerando a data inicial e final; Consumo diário: Deve-se obter a quantidade de dias do período e dividir o total do item anterior por essa quantidade de dias; Consumo mensal: Será o consumo diário multiplicado por 30; Consumo semestral: Será o consumo diário mensal multiplicado por 6;						
Menor que seis meses e mais de um mês.	Total: Mesmo que o anterior; Consumo diário: Mesmo que o anterior; Consumo mensal: Mesmo que o anterior; Consumo semestral: Obtém o consumo dos últimos seis meses com base na data final;						
Inferior a um mês.	Total: Mesmo que o anterior; Consumo diário: Mesmo que o anterior; Consumo mensal: Obtém o consumo do último mês com base na data final; Consumo semestral: Obtém o consumo dos últimos seis meses com base na data final;						

3.4. De acordo com os dados extraídos do SIPAC, o Hospital consome em média 34,89 caixas de papéis higiênicos, a partir desta informação realizou-se o presente cálculo:

$$\text{consumo médio} \times \text{quantidade de meses} \times \text{taxa de estoque de segurança (10\%)}$$

Quanto ao consumo de copo descartável mensal, importa observar a tabela:

PRODUTO	SETOR	APRES.	QUANT. SEMANAL	QUANT. MENSAL
Copo descartável, capacidade 180 ml, pact. Com 100 unidades	Misto I	Pac. Com 100 unidades	5	20
	Misto II		5	20
	Tisiologia		5	20
	UTI Térreo		3	12
	UTI I		3	12
	UTI II		3	12
	Ambulatório		5	20
	Recepção I		3	12
	Recepção Tomografia		3	12
	Setor de Nutrição		300	1200

- Considerando a necessidade de aquisição de copos descartáveis de 180 ml para o fornecimento de água aos pacientes, acompanhantes, visitantes e usuários do SUS que procuram os serviços ambulatoriais desta unidade;
- Considerando o levantamento realizado para a padronização dos quantitativos destinados ao consumo dos setores mencionados na tabela acima;
- Considerando a inexistência de histórico de consumo desse item no SIPAC, em razão de esta unidade voltar a adquirir essa capacidade

após vários anos com estoque zerado;

- Considerando que o levantamento realizado visa atender à demanda estimada para o período de 5 (cinco) meses;
- Considerando que o Serviço de Nutrição e Dietética desta unidade de saúde está utilizando o copo de 180 ml em quantidade superior à habitual, em razão da indisponibilidade de estoque do copo de 300 ml, cujo processo de aquisição por Pregão Eletrônico nº 00610709.000003/2026-44 encontra-se em tramitação;

De acordo com a tabela acima, o quantitativo estimado foi calculado com base no consumo médio mensal, acrescido de uma taxa de estoque de segurança correspondente a 12%, conforme a seguinte fórmula:

**Quantidade estimada = Consumo médio mensal + 12% de estoque de segurança.**

#### **4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:**

4.1. Após análise técnica da demanda existente e do consumo histórico da Unidade, concluiu-se que a solução mais adequada para atender à necessidade apresentada é a realização de contratação direta, por meio da modalidade de Dispensa Eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de reposição dos estoques de copos descartáveis e papel higiênico, materiais indispensáveis à manutenção das condições de higiene, conforto e funcionamento regular das atividades assistenciais e administrativas do Hospital.

4.2. Foram consideradas as alternativas disponíveis no mercado e as condições de viabilidade técnica e econômica. Diante disso, verificou-se que a contratação direta por dispensa eletrônica mostra-se a opção mais vantajosa para a Administração Pública, proporcionando maior celeridade ao processo de aquisição, sem prejuízo da competitividade, uma vez que os fornecedores poderão apresentar suas propostas em ambiente eletrônico, observando as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.3. Os materiais a serem adquiridos deverão atender integralmente às especificações técnicas descritas no Termo de Referência, especialmente quanto à qualidade, resistência, acondicionamento e demais requisitos necessários ao uso em ambiente hospitalar. Os produtos deverão ser entregues acompanhados da respectiva Nota Fiscal, contendo, além das informações exigidas pela legislação vigente, o número da Nota de Empenho correspondente, garantindo a adequada rastreabilidade e controle da contratação.

4.4. A solução proposta contempla o suprimento contínuo de materiais de consumo essenciais ao funcionamento da unidade hospitalar, considerando o histórico de consumo, a demanda estimada e a necessidade de manutenção de níveis adequados de estoque para evitar desabastecimentos que possam comprometer as condições de higiene e atendimento da instituição. O agrupamento dos itens em um único processo de contratação mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso, uma vez que ambos pertencem à mesma categoria de materiais de consumo de uso contínuo, possibilitando racionalização administrativa e otimização dos procedimentos de aquisição.

4.5. Adicionalmente, adota-se o regime de fornecimento em parcela única, considerando a capacidade de armazenamento da unidade e a necessidade imediata de recomposição dos estoques. Essa estratégia reduz custos operacionais, simplifica a gestão contratual e assegura maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Ao consolidar a aquisição dos itens em um único processo, a Administração promove ganhos de escala, amplia a competitividade entre os fornecedores e busca obter a proposta mais vantajosa para o atendimento das necessidades do Hospital Giselda Trigueiro.

4.6. No que tange ao ciclo de vida dos objetos, os copos descartáveis e o papel higiênico passam pelas etapas de aquisição, armazenamento, distribuição, utilização e descarte. Após o recebimento, os materiais serão armazenados em local adequado no almoxarifado da unidade, observadas as condições necessárias para preservação de sua qualidade. Por se tratarem de materiais de consumo, serão utilizados integralmente nas atividades hospitalares, sendo os resíduos gerados destinados conforme os procedimentos de gerenciamento de resíduos adotados pela instituição. O Hospital Giselda Trigueiro dispõe de serviço terceirizado especializado para coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018 e com o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) vigente.

#### **5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

5.1. Os fornecedores, na descrição detalhada do objeto ofertado na proposta, deverão indicar as seguintes informações:

- a) Especificações técnicas;
- b) Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;
- c) Prazo de validade dos produtos, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência;
- d) Prazo de validade da proposta;
- e) Origem (nacional ou estrangeiro);

5.2. O produto ofertado deve observar no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da legislação em vigor.

5.3. É de responsabilidade do fornecedor as condições de transporte e conservação dos produtos entregues, resistência das embalagens, validade de acordo com o exigido, comprovação do Registro no Ministério da Saúde e autorizado pelo órgão competente.

5.4. Não serão recebidos produtos que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, inadequação em relação ao conteúdo e que não estiverem de acordo com a legislação vigente.

5.5. Todo produto deverá, OBRIGATORIAMENTE, trazer impresso o n.º do lote, fabricante, data de fabricação e validade.

#### **5.6. Indicação de marcas ou modelo**

5.6.1. Para o item cotado deverá ser ofertada uma única marca.

#### **5.7. Da exigência de amostra**

5.7.1. Não será exigido o envio de amostras. Entretanto, os fornecedores devem encaminhar, juntamente aos documentos de habilitação, catálogos e/ou encartes capazes de comprovar as especificações do produto.

#### **5.8. Garantia da Execução:**

5.8.1. Não haverá exigência da garantia da execução, conforme artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devido às características do objeto e do fornecimento, não será exigida a prestação de garantia. Por ser uma compra de objeto de natureza comum, atrelado ao fato de se tratar de Dispensa de licitação em que será emitida uma Nota de Empenho respectiva e os valores contratados a serem pagos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento do objeto.

#### **5.9. Condições de Entrega:**

5.10. O prazo de entrega dos bens é de até 10 (dez) dias corridos, contados da data de emissão da nota de empenho, em remessa única.

5.11. **Os itens devem ser entregues em PARCELA ÚNICA, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho.**

5.12. **O instrumento contratual será substituído por nota de empenho, com base no art. 95, II, da lei 14.133/21, que prevê a possibilidade de substituição do instrumento do contrato nas compras com entrega imediata das quais não resulte obrigações futuras.**

5.13. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.14. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado do Hospital Giselda Trigueiro, no seguinte endereço: Hospital Giselda Trigueiro, sito Rua Cônego Monte, 110 - Bairro: Quintas/Natal/RN - CEP: 59.037-170 - Tel (84) 3232-7951.

## **6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

### **6.1. Condições de Entrega:**

6.2. **Os itens devem ser entregues em PARCELA ÚNICA, assim, o instrumento de contrato será substituído por Nota de Empenho.**

6.3. O prazo de entrega dos bens é de até 10 (dez) dias corridos, contados da data de emissão da nota de empenho, em remessa única.

6.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.5. A contratada deverá fornecer os itens deste termo de referência devidamente lacrados, novos e sem uso.

### **6.6. DA ETAPA DE CONFERÊNCIA DA ENTREGA, ACEITAÇÃO FORMAL E RECEBIMENTO DO OBJETO:**

6.6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do feito, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6.6. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional.

### **6.7. DAS SUBSTITUIÇÃO DE ITENS COM DEFEITO OU FORA DE ESPECIFICAÇÃO:**

6.7.1. A empresa fornecedora dos itens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações deste termo de referência.

6.7.2. Na substituição dos itens defeituosos, a reposição será por outro, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a mesma.

6.8. Para o item cotado deverá ser ofertada uma única marca, conforme especificações dos produtos no item 2 deste termo de referência.

## **7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

7.1. **Este processo tem como instrumento de contratação do objeto a Nota de Empenho, o qual será entregue em parcela única não gerando, portanto, obrigação futura. O pagamento se dará após o atesto de recebimento, que será realizado conforme descrito nas condições de entrega.**

7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O instrumento de contratação será Nota de Empenho emitida a partir da autorização do ordenador de despesa (Direção Geral/HGT), portanto não possui gestor ou fiscal de contrato.

7.4. O recebimento será atestado por membros da Comissão de Recebimento, designados pela autoridade máxima do órgão (Direção Geral/HGT).

## **8. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

### **8.1. Liquidação:**

8.2. Recebida a Nota Fiscal juntamente com as certidões de regularidade fiscal das fazendas públicas municipal, estadual e federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho, ocorrerá o prazo de 30(trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

8.6. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência;
- b) identificar possível razão que impeça a participação no certame, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

8.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

8.11. Prazo de pagamento

8.12. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

8.13. Forma de pagamento

8.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

8.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

9.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de compra, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.3. Nas licitações promovidas pela SESAP, deverão constar das propostas de preços de mercadorias ou serviços sujeitos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), conforme disposição da Lei Estadual nº 8.966, de 21 de junho de 2007.

### 9.4. Exigências de habilitação:

9.5. Para fins de habilitação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos;

### 9.6. Habilitação jurídica:

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.14. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.16. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Possuir licença Sanitária expedida pelo órgão de vigilância competente, se for o caso.

9.24. Ainda, deve o fornecedor apresentar as seguintes certidões de regularidade: SICAF; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN); Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU); Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e Declaração art. 7º, XXXIII, CF/88;

9.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra

equivalente, na forma da lei.

9.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.27. Para o item 1, o fornecedor deverá certificado do INMETRO ou Registro de Aprovação pela ABNT.

9.28. No que tange ao item 2, o fornecedor deverá apresentar o LAUDO DE AÇÃO MICROBIOLÓGICA, emitido por laboratório credenciado pela ANVISA. O produto deverá possuir laudo técnico emitido nos últimos 12 (doze) meses pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), atestando conformidade com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência E LAUDO DE IRRITABILIDADE DÉRMICA comprovando que o produto, em sua embalagem original, é dermatologicamente seguro, não agride a pele e está isento de substâncias irritantes ou sensibilizantes conforme legislação vigente. O produto deverá estar em conformidade com as normas da ABNT aplicáveis ao papel higiênico institucional, quando houver

#### 10. DA ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA:

10.1. A contratação ora pretendida encontra-se prevista no Plano de Contratação Anual 2026 (PCA/SESA/2026) publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) com identificador de PCA nº 08241754010965-0-000001/2026 e está disponível para consulta no endereço eletrônico. (Id. do item no PCA 370 - 927417-21/2026).

Portal Nacional de Contratações Públicas				
Buscar no PNCP			🔍	Entrar
368	7240 - RECEPIENTES PARA USO DOMÉSTICO E COMERCIAL	927417-18/2026	R\$ 6.000,00	01/09/2026
369	7920 - VASSOURAS, ESCOVAS, RODOS, ESPONJAS E ESFREGÕES	927417-18/2026	R\$ 14.000,00	01/09/2026
370	8135 - MATERIAIS A GRANEL PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	927417-21/2026	R\$ 75.000,00	31/12/2026
371	7125 - ARMÁRIOS E ESTANTES	927417-20/2026	R\$ 400.000,00	31/12/2026
372	8520 - SABONETES, ARTIGOS PARA BARBEAR E DENTÍFRÍCIOS	927417-22/2026	R\$ 24.000,00	31/12/2026
373	8520 - SABONETES, ARTIGOS PARA BARBEAR E DENTÍFRÍCIOS	927417-22/2026	R\$ 18.000,00	31/12/2026
374	9930 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MORTUÁRIOS E DE CEMITÉRIO	927417-19/2026	R\$ 10.000,00	31/12/2026

#### 11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da SESAP, destinados a esta unidade de saúde, em momento posterior.

#### 12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

12.1. O valor estimado da presente aquisição é de R\$ 50.068,00 (cinquenta mil sessenta e oito reais), conforme Mapa de Pesquisa ID. 42142006 e Planilha com Memória de Cálculo ID. 42146844.

12.2. Os preços unitários referenciais, as memórias de cálculo e os documentos comprobatórios que embasaram a estimativa foram devidamente reunidos e juntados aos autos pela Comissão de Pesquisa Mercadológica, em documento apartado, assegurando a rastreabilidade e a transparência do procedimento, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa nº 65/2021/SEGES/ME.

12.3. De acordo com a justificativa de preços ID. 42143299, para se obter o valor estimado desta pesquisa foi utilizado a Média ou a Mediana de três valores selecionados, sendo já desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados. Para essa orientação foi seguido os critérios estabelecidos na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021 e no item XXVI, do tópico 3 do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça - STJ, Edição 2021. Para desconsiderar os preços inexequíveis e excessivamente elevados foi aplicado as orientações do item XXV, do tópico 3 do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça - STJ, Edição 2021. No que tange aos preços excessivamente elevados, entende-se que raciocínio análogo pode ser aplicado para identificação dos referidos preços. Dessa forma, sempre que o valor for superior a 25% da média dos demais preços, a Administração poderá considerá-lo excessivamente elevado.

12.4. Ressalta-se que as estimativas de valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos demais documentos que as fundamentam — incluindo os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para a apuração dos valores de referência — constam integralmente anexadas ao processo administrativo, em estrita observância aos princípios da publicidade, economicidade e transparência que regem a Administração Pública.

12.5. Importante destacar que o valor estimado está enquadrado dentro dos limites estabelecidos pelo art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o que autoriza a adoção da dispensa de licitação para esta aquisição, garantindo que o procedimento ocorra em plena conformidade com a legislação vigente e assegurando a legalidade, legitimidade e regularidade da contratação direta.

#### 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (ART. 92 A 94 DA LEI 14.133/2021):

13.1. São obrigações da Contratante:

13.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

13.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.4. Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste Termo, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

13.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

- 13.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 13.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- 13.8. Notificar à Contratada, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso;
- 13.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA(ART. 92 A 94 DA LEI 14.133/2021):**

- 14.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 14.2. efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, lote, e quantidade;
- 14.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 14.4. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo máximo de 10 (dez) dias;
- 14.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 14.6. atender prontamente às exigências da SESAP, constantes no Termo de Referência, inerentes ao objeto da presente contratação;
- 14.7. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como seguir a Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020, que determina o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência;
- 14.8. responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto;
- 14.9. manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na contratação.
- 14.10. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

**15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS(ART. 156 DA LEI 14.133/2021):**

- 15.1. O fornecedor ou a Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
<b>Dar causa à inexecução parcial do objeto</b>	<b>Advertência</b>
<b>Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo</b>	<b>Impedimento de licitar e contratar</b>
<b>Dar causa à inexecução total do objeto</b>	<b>Impedimento de licitar e contratar</b>
<b>Deixar de entregar a documentação exigida para o certame</b>	<b>Impedimento de licitar e contratar</b>
<b>Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado</b>	<b>Impedimento de licitar e contratar</b>
<b>Não celebrar o objeto ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta</b>	<b>Impedimento de licitar e contratar</b>
<b>Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado</b>	<b>Impedimento de licitar e contratar</b>
<b>Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do objeto</b>	<b>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar</b>
<b>Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto</b>	<b>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar</b>
<b>Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza</b>	<b>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar</b>
<b>Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação</b>	<b>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar</b>
<b>Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013</b>	<b>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar</b>

- 15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

- 15.2.1. advertência;
- 15.2.2. multa;
- 15.2.3. impedimento de licitar e contratar;
- 15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada

ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#), recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

§ 4º A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

§ 7º As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.3. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.4. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pelo Setor Competente, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pelo Setor Competente, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação.

§ 2º Serão indeferidas pelo Setor Competente, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 15.4;
- b) suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- c) suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

15.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

15.6. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.7. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

15.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista no Termo de Referência ou em contrato.

15.9. Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

15.10. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo único.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **16. DA PUBLICAÇÃO(ART. 54 § 1º, INCISO II, ALÍNEA "B" E ARTIGO 174 E 175 DA LEI 14.133/2021)**

16.1. A eficácia da aquisição fica condicionada à publicação do extrato da homologação do certame pelo Hospital Giselda Trigueiro, no Diário Oficial do Estado, a ser providenciada o respectivo exame jurídico desta Pasta de Saúde, nos termos do artigo 54, § 1º, inciso II, alínea "b", em conjunto com o artigo 174 e o artigo 175 da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Geral nº 14.133/21 em sua atual redação e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

17.2. O presente documento segue assinado pelo servidor elaborador e equipe de planejamento, que deverá ter aprovação da autoridade competente, pela conveniência e oportunidade, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 18, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA DE ARAUJO, Chefe de Divisão de Compras e Materiais**, em 19/06/2026, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUCIANO DE ARAUJO PRUDENTE, Diretor Geral**, em 19/06/2026, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENARD VIEGAS CABRAL, Chefe de Divisão de Serviços Gerais**, em 19/06/2026, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **42161816** e o código CRC **2D13DC6F**.